

CAPITAL LINGÜÍSTICO EM TRÂNSITO: DA FRONTEIRA À PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS EDUCATIVAS PLURILÍNGUES EM CAMPO GRANDE/MS

Eixo 3 – Educação e Políticas Educacionais

Linoel de Jesus Leal Ordonez⁴⁶

Resumo

Este relato analisa como o capital linguístico, atravessado pela migração internacional e pelas práticas escolares brasileiras, produz tensões e silenciamentos que exigem políticas educativas plurilíngues. A reflexão nasce de uma trajetória situada, iniciada na entrada ao Brasil por Pacaraima (RR) em 2018 e consolidada na atuação como pesquisador e docente na UFMS. O arcabouço teórico articula Bourdieu, Canclini, Hall e Lagares sob perspectiva glotopolítica. Metodologicamente, integra análise documental, observação de campo, participação institucional, docência e produção científica. O percurso culmina no Pelíngua, nos NEMAS e em uma minuta de lei para Campo Grande/MS, afirmando a justiça linguística como premissa da dignidade humana.

Palavras-chave: Políticas linguísticas educacionais; Migração; Justiça linguística; Glotopolítica.

Resumen

Este relato analiza cómo el capital lingüístico, atravesado por la migración internacional y las prácticas escolares brasileñas, genera tensiones y silenciamientos que requieren políticas educativas plurilingües. La reflexión surge de una trayectoria situada que inicia con la entrada a Brasil por Pacaraima (RR) en 2018 y se consolida en la actuación como investigador y docente en la UFMS. El marco teórico articula a Bourdieu, Canclini, Hall y Lagares desde la glotopolítica. Metodológicamente, integra análisis documental, observación de campo, participación institucional, docencia y producción científica. El recorrido culmina en Pelíngua, los NEMAS y una minuta de ley para Campo Grande/MS, afirmando la justicia lingüística como base de la dignidad humana.

Palabras clave: Políticas lingüísticas educativas; Migración; Justicia lingüística; Glotopolítica.

O lugar de fala e a trajetória como ferramenta analítica

A dedicação à escrita, à pesquisa e à proposição de políticas linguísticas educacionais para migrantes, refugiados e apátridas no Brasil não se manifestou -em mim- como um projeto acadêmico previamente planejado ou meramente automático: ser estrangeiro é pesquisar coisas que afetam a estrangeiros, não é necessariamente assim a minha lógica como pesquisador. Essa decisão é, fundamentalmente, o desdobramento de um processo contínuo, introspectivo e profundamente situado que vivo todos os dias.

Resulta um paradoxo o fato de ser um sujeito migrante e ao mesmo tempo um sujeito *migrado*; iniciei este texto na cidade de Buenos Aires, Argentina, no mês passado, enquanto eu estava como palestrante no VII Congresso Latino-americano de Glotopolítica, na Universidade Nacional de Tres de Febrero, com a qual a UFMS tem um acordo de Cooperação em andamento, e do qual ao mesmo tempo sou o gestor. Então, estudo uma questão relacionada à migração indiretamente, e ainda continuo a ser atravessado por esta, agora desde um belo paradigma institucional que intitulei *Diplomacia Universitária*. Então, ser migrante me fez ao mesmo tempo pensar que o primeiro migrante internacional que conheci no Brasil fui eu mesmo, ao cruzar a fronteira em Pacaraima,

⁴⁶ Doutor em Ciências Humanas (Universida del Zulia, Venezuela). Pesquisador visitante estrangeiro lotado na Faculdade de Educação (Faed) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da UFMS, na linha de pesquisa Estado, Políticas e Educação. E-mail: linoel.leal@ufms.br.

Roraima, no dia 9 de junho de 2018. Cruzei aquele limite geográfico carregando não apenas uma bagagem física, mas um repertório linguístico e cultural que, em solo brasileiro, seria imediatamente posto à prova pelas racionalidades institucionais de um país que se imagina monolíngue. Minha trajetória na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi marcada por essa condição de *estrangeiridade* produtiva.

Ao chegar a Campo Grande, o dia 12 de junho de 2018, fui acolhido pelo Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, que ao mesmo tempo supervisionou meu estágio de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) durante cinco anos. Na verdade, eu posso dizer que tudo o PPGEdu me acolheu como mais um da turma. E mais tarde a Faed. Nesse período, acumulei funções de docente, extensionista, editor científico e pesquisador, mas minha condição migrante nunca foi suspensa; ao contrário, ela se tornou a lente analítica primordial para compreender o campo acadêmico brasileiro e suas barreiras simbólicas, nesta vez transfigurado na forma de internacionalização do ensino superior. Posteriormente, em 2023, sob a supervisão de uma outra colega, a Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva, no Programa de Fixação de Jovens Doutores no Brasil (Profix/JD) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dessa vez integrei o projeto “Bioceânica Educativa” como pesquisador bolsista. Ali, a Rota Bioceânica deixou de ser apenas uma via de escoamento de mercadorias para se tornar um “cavalo acadêmico”: um espaço onde compreendemos a educação como um projeto de integração latino-americana, no qual as línguas e culturas desempenham um papel de soberania política e, de novo, diplomacia universitária.

Já mais tarde, em 2024, com a Profa. Dra. Patrícia Graciela da Rocha do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, empreendo oficialmente a caminhada no Doutorado em Estudos de Linguagens da UFMS. Mais que uma orientação, trata-se aqui de uma relação, não de discípulo, senão de um mal aprendiz que encontrou mais um espaço de produção nos caminhos da sociolinguística, as políticas linguísticas e no engajamento com uma forma mais humanizada de Educação para os que não tiveram como terra de nascimento o Brasil, mas que habitam seu espaço.

Assumo, portanto, o lugar de fala de um sujeito em trânsito, reconhecendo nisso que a identidade não é uma entidade fixa ou biológica, mas um processo em constante formação, atravessado por deslocamentos, rupturas e reinscrições (Hall, 2024). Minha identidade migrante não se anula ao assumir o papel de Doutorando em Estudos de Linguagens; ela se intensifica. Esse processo gerou um deslocamento epistemológico decisivo: deixei de pesquisar políticas linguísticas apenas *na* UFMS para passar a propor políticas *desde* a UFMS. Essa mudança de preposição é radical. Significa que a universidade deixa de ser apenas o local da observação passiva para se tornar o epicentro de uma intervenção política que visa as populações escolares afetadas pela exclusão linguística, ou que desejam não ser atingidos nunca por esta. Sou radical nesta posição: o que as populações de estudantes não lusófonos, de nacionalidades diversas, precisam não é de “caridade linguística” ou de traduções pontuais. Elas necessitam de um acolhimento educativo e linguístico radical que reconheça seus repertórios (espanhol, warao, Criolo francês, língua terena, guarani, e muitos outros) que outorgam essa identidade e cidadania a cada migrante internacional na cidade) como potências e contribuições civilizatórias, e não como déficits cognitivos a serem corrigidos pelo português dominante, por médio de práticas assimilacionistas.

Fundamentação teórica: capital simbólico e hibridez na escola

Para sustentar a necessidade de alterar a lógica monolíngüística e monocultural historicamente institucionalizada, a educação de Campo Grande precisaria se articular com propostas de adequação tendo no horizonte os conceitos teóricos que revelem as entranhas do poder que habita a língua, que muitos falantes nativos não reconhecem como determinantes sociolinguísticos em sala de aula.

A língua como capital simbólico

A língua não é apenas um sistema de signos; ela é uma tecnologia simbólica que confere legitimidade e autoridade social (Bourdieu, 2014; 2022). O português opera no campo escolar brasileiro como o capital linguístico dominante. A escola, ao naturalizar o monolinguismo, exige o domínio desse capital como condição *sine qua non* para a participação plena. O estudante migrante que chega sem o domínio da norma culta da língua oficial é imediatamente posicionado em um lugar de menor legitimidade; as línguas passam a ter peso de capital, em que algumas gozarão de mais prestígio do que outras. As de maior prestígio (subjéctiva e simbolicamente) terão mais peso social no ecossistema escolar. Essa ausência de capital linguístico ou de prestígio em alunos migrantes gera uma violência simbólica sistemática: o estudante é silenciado não por falta de conhecimento, mas porque o instrumento de expressão desse conhecimento é desvalorizado pelo mercado linguístico escolar. Alunos por exemplo podem ser etiquetados como pouco inteligentes pela conciliação mesma de migrante e por terem línguas divergentes à dominante; assim falar a língua pode ser o diferencial nesta equação.

Culturas híbridas em Campo Grande

A cidade de Campo Grande consolidou-se nos últimos meses como um polo receptor de intensos fluxos migratórios. Nesse cenário, a escola torna-se um espaço de sujeitos e culturas híbridas. Esta hibridização é o processo no qual elementos tradicionais e modernos, locais e transnacionais, se combinam para criar formas de existência social (Canclini, 2009). No contexto da Rota Bioceânica, a hibridez manifesta-se nos repertórios dos estudantes que transitam dinamicamente entre o Espanhol, o Guaraní, o Warao e o Creole. A escola republicana brasileira, ainda guarda essa necessidade arquetípica de homogeneização, tenta fixar essas identidades móveis, produzindo tensões e sentimentos de inadequação. O plurilinguismo, portanto, não é um "problema" a ser resolvido, mas a realidade hibridada de uma fronteira em movimento que desafia a geografia física.

Gltopolítica e Justiça linguística

As políticas de língua são, acima de tudo, escolhas de soberania e direitos humanos. Eu soube disso como quem chega a uma grande verdade que refresca os olhos e os ouvidos. Para mim a migração e diversas línguas era normal na minha cidade natal da Venezuela: árabes da Síria e a Palestina; italianos e portugueses com presença histórica no nosso país, e assim cada grupo que existia com suas línguas, mesmo no desconhecimento daqueles que tínhamos o espanhol como língua "dominante". Apoiado nessas experiências, defendo que a língua deve ser tratada como um ecossistema. A justiça linguística pressupõe que o plurilinguismo seja reconhecido como um recurso pedagógico valioso. Ignorar a língua materna do estudante no momento da avaliação diagnóstica ou do acolhimento inicial é um ato de apagamento histórico. A gltopolítica nos ensina que o Estado, ao intervir na língua, intervém na vida social; logo, uma política educacional justa deve promover uma ecologia que acolha a diversidade como condição de equidade (Celada e Fanjul, 2024; Lagares; 2018).

Metodologia: o hibridismo entre ação, docência e instituição

A metodologia que sustenta esta proposta transcende a técnica formal tradicional dos fichamentos ou a revisão de grandes bases de dados, configurando-se pelo contrário como uma postura epistemológica situada, reflexiva e *actante* (Latour, 2019). O método é estruturado nos seguintes 4 eixos metodológicos:

Quadro 1 – Eixos metodológicos das pesquisas

Eixo Metodológico	Descrição Sintética
1. Análise documental crítica	Exame crítico de marcos regulatórios como a Lei de Migração (13.445/2017), a Resolução CNE/CEB nº 1/2020 e a Resolução SED/MS nº 4.311/2024. Inspirado em Fairclough (2020), confronta a norma jurídica com a prática discursiva institucional, identificando lacunas entre o direito garantido no papel e a exclusão vivida no chão da escola. A visão crítica não é técnica, senão atitude científica.
2. Participação e gestão institucional	Atuação como Pesquisador Visitante na UFMS e engajamento em comitês municipais de migração e refúgio (como o CERMA/MS). Fundamentado em Lagares e Bourdieu, compreendi as políticas linguísticas como escolhas conscientes que regulam a vida social, posicionando a universidade como motor da proposição política, ou seja, um interlocutor e espaço de enunciação validado e com autoridade social.
3. Docência, orientação e formação	Atuação direta na formação de professores, enfrentando a racionalidade monolíngue. Inspirado em Celada, trata-se de um combate ideologias linguísticas que tratam estudantes migrantes como “tábulas rasas”, reconhecendo-os como sujeitos com repertórios densos, ou que desafia aquela noção de que na academia apenas uma língua é a língua da ciência.
4. Produção científica engajada	Construção de arcabouço teórico desde 2023, consolidando conceitos de ecologia linguística e redes sociotécnicas. Com referências em Haraway (2023), transforma diagnósticos científicos em planejamento linguístico educacional e minutas de lei.

Fonte: Autoria própria.

A proposta político-educativa: Pelíngua e os NEMAS

A síntese desta trajetória acadêmica e de vida é a proposição de uma política estruturada para a Rede Municipal de Ensino (Reme) de Campo Grande/MS, mas insisto que eu nunca tive noção de chegar ou desejar chegar até aqui. Uma proposta de lei é muita ousadia. A proposta articula o Pelíngua (Projeto sobre/para/com Políticas Linguísticas Educacionais, concentrado no meu projeto de doutorado e no meu Plano de trabalho como pesquisador visitante) como o guarda-chuva estratégico para o planejamento do plurilinguismo sistêmico. O coração operacional dessa política são os NEMAS (Núcleos Escolares de Mediação e Acompanhamento Sociolinguístico), esta será o clímax da minha tese de doutorado na UFMS (Ordonez, 2024), já que os NEMAS possuem natureza técnico-pedagógica e sociolinguística capaz de intervir no/com o estado na gestão linguística. De acordo com os Artigos 5º e 6º da minuta de Lei proposta, suas finalidades centrais são:

- a) Acolhimento linguístico e cultural radical: Garantir que o estudante se sinta pertencente ao espaço escolar desde o primeiro dia.
- b) Avaliação diagnóstica na língua materna: Conforme o Art. 12, a avaliação não pode ser uma barreira; ela deve reconhecer o conhecimento real do aluno em sua língua de origem para que a defasagem linguística no português não seja confundida com defasagem cognitiva.
- c) Mediação escola-família: Eliminar a barreira que impede pais migrantes de participarem da vida escolar de seus filhos. Um elemento inovador e crucial é a criação da função do Técnico em Mediação Pluricultural (Art. 9º). Este profissional não é um mero tradutor; ele possui formação por exemplo em áreas como a sociolinguística crítica, a antropologia da educação, a psicologia escolar e a mediação de conflitos. Sua missão seria a de atuar na interface entre as línguas e os direitos humanos, prevenindo a violência simbólica.

Abaixo, apresento a transição necessária entre a racionalidade atual e a proposta pelos NEMAS:

Quadro 2 – Dimensões de análise e modelos de escola

Dimensão de Análise	Racionalidade Monolíngue Atual	Proposta Plurilíngue / NEMAS
Visão da Língua	Barreira, déficit e obstáculo ao ensino.	Ponte, potência e direito humano fundamental.
Avaliação (Art. 12)	Exclusivamente em português; excludente.	Diagnóstica na língua materna e repertório ampliado.
Mediação (Art. 9º)	Improvisação ou silenciamento absoluto.	Técnico em Mediação Pluricultural especializado.
Xenofobia (Art. 15)	Invisibilizada ou tratada como bullying comum.	Ações permanentes e práticas restaurativas.
Matrícula (Art. 11)	Imediata, independente de documentação.	Imediata, independente de documentação.
Participação Social	Exclusão das famílias por incompreensão.	Acolhimento linguístico das associações migrantes.

Fonte: Autoria própria.

Análise dos impactos e desafios legislativos

A necessidade desta lei em Campo Grande é urgente e fundamenta-se em dados concretos. Mesmo que existe a Lei Nº 6925 de 19/09/2022, esta entra basicamente na garantia da matrícula, além dos objetivos da política, sem expressar os procedimentos para a política se executar. Isto deixa principalmente as escolas sem saber o que e como fazer. A justificativa do Projeto de Lei entregue no gabinete da Vereadora Luiza Ribeiro junto a Exposição de Motivos, reforçam, reforçam que a cidade é hoje um polo receptor estratégico e por isso é necessária uma política mais abrangente, e lógica no sentido de explicitar procedimentos e sobretudo apresentar uma estrutura que pode desenvolver de forma operativa a supracitada proposta de lei. Grupos organizados, como a Associação Venezuelana em Campo Grande (AVCG) e a Associação Haitiano-Brasileira, têm denunciado sistematicamente a ausência de mediação e o aumento de episódios de xenofobia (Art. 15). A lei propõe que o acesso formal à matrícula, garantido pela Lei de Migração (Art. 11), não seja o fim do processo, mas o começo. A verdadeira integração exige permanência com qualidade. A resistência institucional costuma alegar custos financeiros, mas a violência simbólica e o abandono escolar de crianças migrantes geram custos sociais e humanos muito maiores. A articulação com o DataMigra BI e o OBMigra (Art. 10) permitirá que a Secretaria Municipal de Educação (Semed) produza indicadores reais sobre essa população, tirando-os da invisibilidade estatística. Esta proposta não cria privilégios; ela remove as barreiras que impedem o cumprimento do preceito constitucional de igualdade nas condições de acesso e permanência.

Considerações Finais: a vigilância pela justiça linguística

Este relato de experiência demonstra que a integração de migrantes e refugiados exige uma transformação profunda nas racionalidades institucionais brasileiras. Não basta abrir os portões da escola se, dentro dela, o estudante é condenado ao silêncio pela barreira do idioma. A implementação do Pelíngua e dos NEMAS representa um compromisso ético e glotopolítico com a diversidade latino-americana e caribenha. A língua não pode ser o fator que subtrai o futuro de uma criança. O plurilinguismo deve ser compreendido como um recurso pedagógico valioso e um instrumento de justiça social. Como acadêmico-actante e migrante, reafirmo que o reconhecimento dos repertórios linguísticos é a garantia de que a escola brasileira deixará de ser um espaço de reprodução da exclusão para se tornar um espaço de acolhimento radical. O plurilinguismo não é uma concessão ou um favor institucional, mas a própria condição de existência da dignidade humana em contextos de mobilidade. Sem justiça linguística, não há democracia plena.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: EDUSP, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Lei de Migração. Brasília, 2017.
- CAMPO GRANDE. **Minuta do Projeto de Lei nº ____/2026**. Institui a Política Municipal de Educação Plurilíngue e Intercultural e cria os NEMAS. Vereadora Luiza Ribeiro. Campo Grande, 2026.
- CELADA, Maria Teresa; FANJUL, Adrián Pablo. **Língua e Política**. Conceitos e casos no espaço da América do Sul. São Paulo: Editora EDUSP, 2024.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2016.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2024.
- HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza**. Símios, ciborgues e mulheres. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios da glotopolítica contemporânea. São Paulo: Parábola, 2018.
- MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED/MS nº 4.311, de 28 de maio de 2024**. Estabelece diretrizes de acolhimento e avaliação na língua de origem. Campo Grande, 2024.
- ORDONEZ, Linoel Leal. **Política e Planejamentos linguísticos para os migrantes, refugiados e/ou apátridas no Brasil**: os Núcleos Escolares de Mediação e Acompanhamento Sociolinguístico (NEMAS) numa Rede Municipal de Ensino (Projeto de Tese de Doutorado). Campo Grande: UFMS, 2024.